

Há 175 anos, ainda no decurso da guerra civil que opôs os liberais vencedores aos absolutistas vencidos, criou-se e pôs-se em funcionamento o mais emblemático dos tribunais portugueses: o Supremo Tribunal de Justiça.

Nomeados os primeiros juízes-conselheiros do Supremo a 15 de Setembro de 1833, empossados a 23 de Setembro e decidindo pela primeira vez, colegialmente, por acórdão de 15 de Outubro, o Supremo Tribunal foi acolhendo dos maiores vultos do liberalismo e das letras jurídicas portuguesas nos últimos dois séculos.

Diríamos, mesmo, que o Supremo Tribunal de Justiça foi o produto confluyente da filosofia das luzes e da época pré-industrializadora pombalina que conduziu à revolução triunfante no Porto em 1820.

Da filosofia das luzes porque a ideia da linearidade lógica e da geometria perceptível que a Razão impunha conduziu no direito (como noutros sectores da vida social) a uma reestruturação condizente com os novos valores emergentes.

Se o urbanismo geometrizou as grandes cidades (a Lisboa pombalina, a Paris de Haussmann, a Berlim prussiana) e a arquitectura recuperou o neo-clássico de linhas direitas e sem grandes curvas, os Tribunais foram reformados de alto a baixo segundo um modelo lógico, linear, perceptível e funcional.

Mouzinho da Silveira e Silva Carvalho estruturaram-nos, por isso, em três patamares: tribunais de base, de proximidade com as populações; tribunais de 1º recurso, ou seja, da Relação e, no topo, a encimar o sistema, o Supremo Tribunal.

Com isto, desenhou-se de vez a configuração que é, ainda hoje, a matriz do Judiciário português.

A primeira lei orgânica dos tribunais é o reflexo visível dessa modernidade: enquanto a 1ª instância é moldada em conexão com as linhas de força das novas circunscrições administrativas, as Relações são centradas em cinco tribunais, três ao longo do litoral (Porto, Coimbra e Lisboa) e dois sediados no interior nordeste (Mirandela) e no interior sudeste (Évora), o que nos remete para um desenho quase igual ao que temos ainda hoje, com a mera substituição de Mirandela por Guimarães por efeito directo do movimento migratório em direcção ao mar.

Mas a pré-industrialização e as manufacturas incentivadas pelo Marquês de Pombal foram a causa primeira que conduziu, 60 anos depois, à revolução liberal.

Pombal vai querer meter o Rossio na Betesga, tentando casar uma sociedade civil aberta , economicamente dinâmica, ideologicamente moderna, como vira em Inglaterra, com um aparelho de Estado fechado, hierarquizado e concentracionário, como vira na Viena dos Habsburgos.

Casamento falhado porque uma sociedade aberta pressupõe uma política aberta (e não é por acaso que o parlamentarismo nasceu nessa Inglaterra) e uma sociedade política fechada reduz a tolerância e a dinâmica económica.

Dessa prussianização que Pombal tentou (mesmo sem junkers) ficaram, porém as sementes: as bolsas industriais dispersas pelo país (nos têxteis, nos vinhos, nas sedas, nas pescas, nos vidros) que permitiram que larvasse a ideia liberal, vitoriosa meio século depois.

A nossa guerra civil de 1832/34 que um príncipe usurpador provocou, foi, no fundo, um acidente de percurso previsível; porque, na Europa de então, começava a faltar espaço para a perpetuação de um absolutismo ultrapassado, principalmente quando os acontecimentos de 1830, em França, reduziram drasticamente esse esforço restauracionista.

Depois da libertação do Porto, em 9 de Julho de 1832 (e na praia do desembarque figura, ainda, no obelisco de Pampelido, a proclamação de D. Pedro IV às tropas liberais cujo início tem a ressonância de uma proclamação napoleónica: "Soldados, aquelas praias são as do malfadado Portugal vós vindes trazer a paz a uma nação inteira e a guerra a um governo hipócrita, despótico e usurpador"), depois do cerco asfixiante de um ano em redor do Porto com uma resistência heróica expressa na memória toponímica da cidade e que teve o seu ponto alto naquilo que é

hoje a rua do Heroísmo, depois da opção genial de abrir uma segunda frente de guerra com o desembarque no Algarve que propiciou directamente o avanço sobre Lisboa, dois meses depois sobre o dia em que Lisboa foi libertada (24 de Julho de 1833), o Supremo Tribunal de Justiça é instalado e começa a funcionar num país em guerra e ainda a ferro e fogo, antes do xeque-mate de Évora-Monte e do exílio e banimento do príncipe absolutista.

Todas as instituições têm memória; e o parto inicial do Supremo Tribunal está também ligado geneticamente a alguns dos nossos maiores.

Desde logo, a D. Maria II, a rainha que o criou e que criou também, no seu tempo, o Teatro Nacional que leva o seu nome.

Depois, a Mouzinho da Silveira, o teorizador e inovador primeiro

das reformas liberais, transpostas para o papel ainda na ilha Terceira e com um acervo decisivo na moldura do novo Judiciário português.

Mas o símbolo maior do Supremo é talvez Silva Carvalho, seu primeiro presidente e um dos auxiliares incontornáveis de Mouzinho da Silveira.

Oriundo de família humilde, foi um dos bravos do Mindelo do exército do rei liberal, recusou sempre o pariato que lhe foi oferecido várias vezes, defendeu intransigentemente a independência dos tribunais e do Supremo quando a rainha a pretendeu limitar, vindo a ocupar um lugar de relevo na sociedade política oitocentista.

A seu lado, figurando no elenco dos primeiros nove juízes

nomeados para o Supremo Tribunal de Justiça, logo após Silva Carvalho na hierarquia natural dos juristas e dos juizes de então, Joaquim António de Aguiar; e mais tarde, já consolidado o regime, o Supremo acolhe no seu seio inúmeras figuras emblemáticas na história do direito português de que sublinharia, apenas, José Maria Teixeira de Queirós (pai do genial Eça de Queirós), Silva Ferrão (o grande penalista) e António Luís de Seabra, universalizado como Visconde de Seabra.

Seabra não foi, somente, o autor impar do código civil centenário que marcou uma nação; foi um juiz que, no exercício do seu munus, calcorreou as comarcas e conheceu as suas gentes e os seus costumes (Alfandega da Fé, Montemor-o-Velho, corregedoria de Alcobaça) até ser escolhido – já conselheiro deste Tribunal – para Reitor da Universidade de Coimbra.

Mas a galeria da memória inicial deste Supremo jamais ficará completa sem a presença irrepetível de D. Pedro IV, o rei-soldado como os portugueses lhe chamaram.

À parte alguns desmandos que os ventos da época exacerbavam, ele foi o grande obreiro fundador do liberalismo português e, por extensão, deste Tribunal, e uma das marcas de água do nosso país.

Figura central da independência do Brasil que proclamou, tendo renunciado à coroa portuguesa em favor da filha e à brasileira em favor do filho, correndo os países da Europa à procura de apoios para a sua expedição, lutando ao lado dos seus soldados até repor uma legitimidade usurpada na maior aventura romântica do oitocentos português, teve tempo para tudo, para uma vida

amorosa tumultuosa e até para morrer com trinta e cinco anos, mal obtivera a vitória definitiva.

X

X

X

Hoje 175 anos decorridos sobre o seu início o Supremo Tribunal é uma instituição adulta, cabeça de um Poder Judicial estruturado de acordo com os cânones das democracias modernas.

A nossa civilização terá sido pioneira a trazer o direito para a ribalta de vida como um dos seus componentes estruturantes e essenciais à defesa da pessoa humana no seu confronto com a tirania do príncipe ou a asfixia do estado.

Daí que não tenha sido por acaso que conceitos como os da

separação de poderes, tipicidade criminal, legalidade das penas, estado de direito, não retroactividade penal, direitos adquiridos, direitos das gentes, direito natural (a par de muitos outros) tenham sido lentamente elaborados no meio de nós a partir da espantosa herança jurídica que os romanos nos legaram até se universalizarem.

No mundo de hoje, a jurisdicionalização global da vida social, quer quanto a actos privados, quer quanto a actos públicos, tem conferido ao Poder Judicial uma visibilidade e um dictat como nunca tinha acontecido; no fundo, também aqui, a abordagem saxónica sobre o papel da jurisdição tem-se lentamente alongado à Europa continental.

Mas isso implicará necessariamente uma definição funcional e pragmática da própria competência do Poder Judicial, do seu

campo de intervenção, como forma de expressão e salvaguarda da interdependência dos poderes do estado, onde dificilmente se dispensará o papel central e catalisador dos Tribunais Supremos.

O que significa muito simplesmente que se se não visualiza uma sociedade futura onde, tão cedo, se secundarize o papel decisor dos Tribunais, muito menos se perspectiva uma menorização deste Supremo Tribunal que tenderá, pelo contrário, a agigantar-se.

A separação de poderes é contemporânea, entre nós, da implementação do Supremo Tribunal de Justiça; porque ela só nasceu verdadeiramente quando surgiu aquilo que hoje denominamos de “reserva do juiz” e esta, a reserva do juiz, é inseparável da existência de um aparelho autónomo que dite o direito para a resolução de conflitos concretos fazendo a vivificação criadora na transposição do abstracto normativo para o pulsar

particular dos diferendos humanos.

Por isso, não comemoramos, aqui e neste momento, apenas o nascimento de um Tribunal; comemoramos também o “dia primeiro, inteiro e limpo” da nossa modernidade judiciária quando a arquitectura actual do sistema político democrático se completou.

X

X

X

Senhor Presidente da República,

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhor Primeiro-Ministro

Senhor Professor Doutor António Hespanha

Colegas

Minhas Senhoras e meus Senhores

Direi, sem grande medo de errar, que no conjunto dos Tribunais Supremos dos países europeus, nomeadamente da União, o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal é dos que – sem perda de qualidade das suas decisões – mais rapidamente julga, se não é mesmo o mais rápido a julgar.

Três meses é o tempo médio de decisão no total da sua competência nuclear, ou seja, naquela que abrange a litigância cível, comercial, criminal e laboral.

Na esfera da competência administrativa – já que o Supremo sindicava também todos os actos administrativos do Conselho Superior da Magistratura relativos a juízes e funcionários judiciais – o tempo médio de decisão é algo superior por força da própria natureza dos recursos em causa.

A rapidez de julgamento começa a ser, aliás, uma imagem de marca dos Tribunais de recurso do nosso país; a morosidade processual bloqueadora localiza-se, a que existe, na 1ª instância, essencialmente em tribunais do litoral (e não em todos) por razões por demais conhecidas.

No tocante ao Supremo, a sua competência de uniformização jurisprudencial terá que se aprofundar em detrimento da possibilidade quase ilimitada de recorrer, já que o direito é um compromisso equilibrado entre a justiça e a segurança.

Daí que, para além de dificuldades de segunda linha relativas a instalações e ao apoio logístico que terão que ser superadas, o futuro do Supremo Tribunal deva ser pensado em razão desses vectores.

Em Julho de 2007, na reunião em Paris, de presidentes dos Supremos Tribunais dos países europeus e juízes do Supremo Tribunal Federal dos Estados-Unidos, essa tendência destinada a evitar, de forma crescente, a banalização da competência de quem dita a última palavra revelou-se de corpo inteiro; nomeadamente quando sobre a mesa se colocou o exemplo americano que dá luz verde a que, em 2006, o Supremo Federal aceitasse julgar tão só setenta e cinco recursos.

Neste comprimento de onda, o nosso regime de recursos cíveis em vigor desde Janeiro passado poderá ser um passo significativo para repor o equilíbrio das coisas, tanto mais que bem mais cedo do que se supunha ele vai ser testado; é que oito meses depois de introduzida em primeira instância, deu entrada neste Supremo a primeira acção cível sujeita às novas regras.

Por isso, quando no futuro se comemorar, de novo, uma data incontornável e solene deste Supremo Tribunal, queira o destino que o brilho dos festejos reflita o reforço da dignidade e do peso institucional do nosso festejado.